Termômetro do Radar de Projetos (TRP)

Apresentação de Resultados 2019-2021

RADAR PPP

OFERECIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS

Seções Especiais

Desempenho do TRP Segmento Água e Esgoto (abril, 2021)

Saneamento

Água e Esgoto

Primeiro Resultado do Selo de Compromisso Municipal com concessões e PPPs

abril 2021

5 de abril de 2021

RADAR PPP

o que fazemos

- **EVENTOS**

  A Radar PPP realiza os principais eventos de PPP do Brasil, dentre eles o conhecido **PPP Awards**.

- **TREINAMENTOS**

  A Radar PPP presta serviços em parceira com centros de estudos nacionais e internacionais, além de treinamentos específicos para preparação da certificação **CP³P**, ou customizados de acordo com a necessidade dos clientes.

- **INFORMAÇÃO**

  A Radar PPP desenvolveu o mais qualificado sistema de informação sobre concessões e PPPs do Brasil (**Radar de Projetos**), com monitoramento diário de mais de 2.900 projetos mapeados.

- **CONSULTORIA**

  A Radar PPP tem *expertise* para atuar de forma estratégica em todas as etapas do ciclo de vida das PPPs e Concessões, com produtos e serviços que podem ser contratados de forma integrada ou caso a caso, de acordo com a necessidade dos clientes.

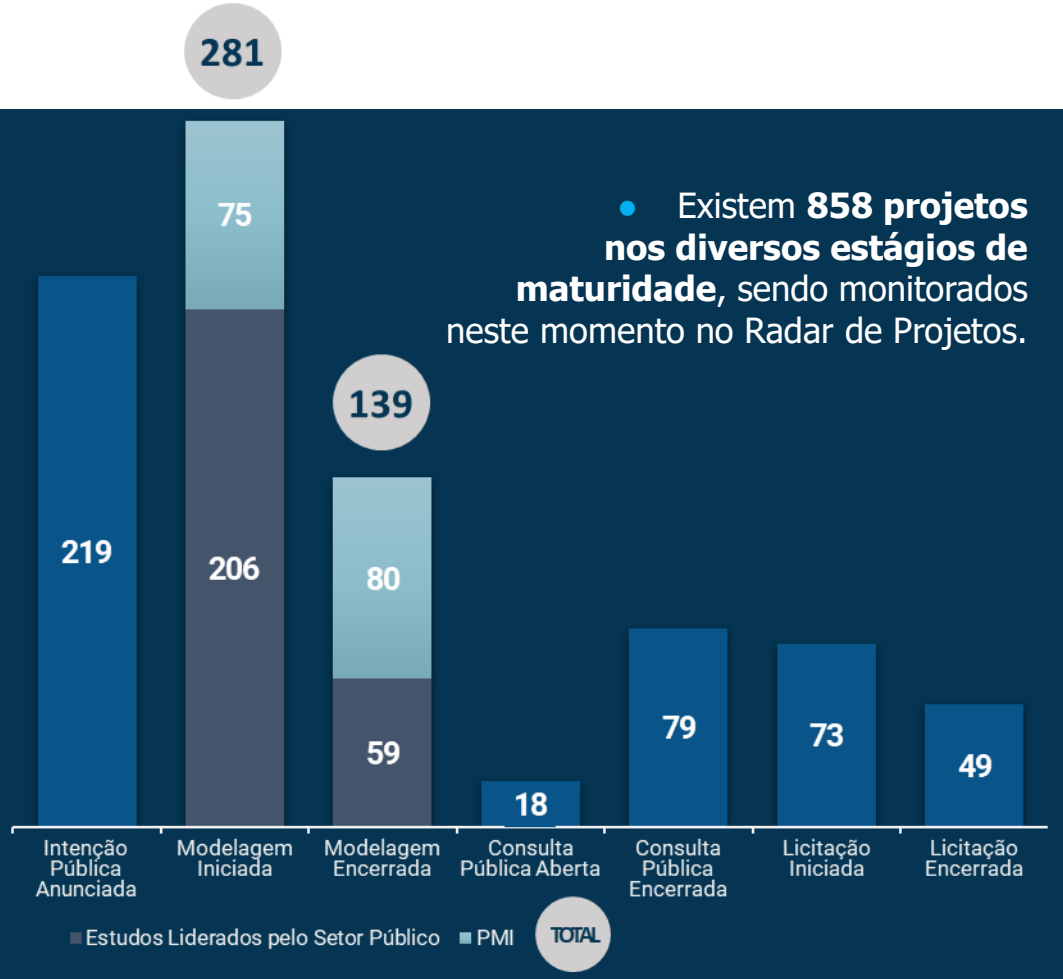
Conheça a carta de princípios da Radar PPP disponível em nosso site: **clique aqui**

O Radar de Projetos

- O foco estratégico na melhoria da eficiência do mercado brasileiro de PPPs e concessões inspirou a Radar PPP a **conceituar, desenvolver e atualizar o único banco de dados existente da experiência brasileira com o tema**.

- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP, possui atualmente **informações sobre mais de 2.900 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.

- Existem **858 projetos nos diversos estágios de maturidade**, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.



- Além desses, há centenas de outros projetos, não computados no gráfico acima, e muitos deles alcançaram a situação de paralisados nos últimos meses, de modo que **podem retornar para situação de ativos ao longo de 2021.**

Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

Nos últimos 30 dias...

54

novos projetos inseridos

foram acrescentados 54 novos projetos com maior destaque para os segmentos de e Eficiência Energética e Tecnologia (8), Água e Esgoto (7), além de Resíduos Sólidos (5) e Iluminação Pública (4).

13

consultas públicas abertas

13 projetos alcançaram a fase de Consulta Pública, disponibilizando as minutas de documentos elaborados para a licitação, com destaque para projetos de Água e Esgoto, Iluminação Pública e Rodovias. 9 destes projetos na região Sudeste.

26

licitações publicadas

foram 26 Licitações iniciadas, com maior concentração de projetos no território do Rio Grande do Sul (13) e São Paulo (4). Destaque para o segmento de Sistema Funerário, com duas licitações iniciadas.

473

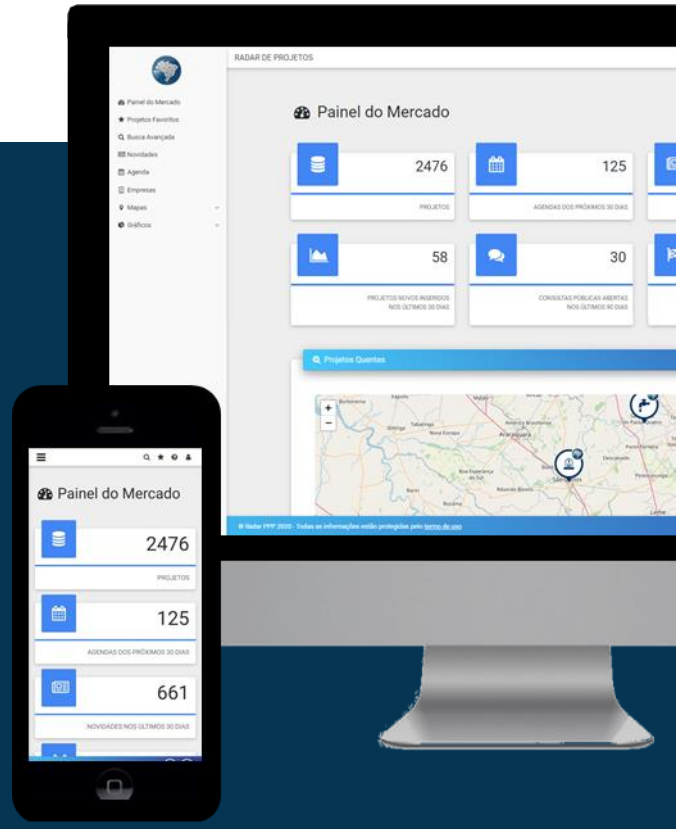
novidades capturadas

473 novidades capturadas por meio de publicações governamentais nos últimos 30 dias impactaram 414 projetos, atualizando seus históricos.

132

eventos mapeados

a agenda dos projetos revela 132 eventos associados a 98 projetos para os próximos 30 dias.



Novos Projetos

Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Água e Esgoto
Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados
Minas Gerais | Barbacena

Unidades de Ensino da Rede Municipal de Educação Básica
Educação
Intenção Pública Anunciada
São Paulo | Guarulhos

Sistemas de Telecomunicações de Estações Metroviárias
Eficiência Energética e Tecnologia
Modelagem – PMI Iniciado
São Paulo

Resíduos Sólidos (Salinas)
Resíduos Sólidos
Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados
Minas Gerais | Salinas

... entre outros.

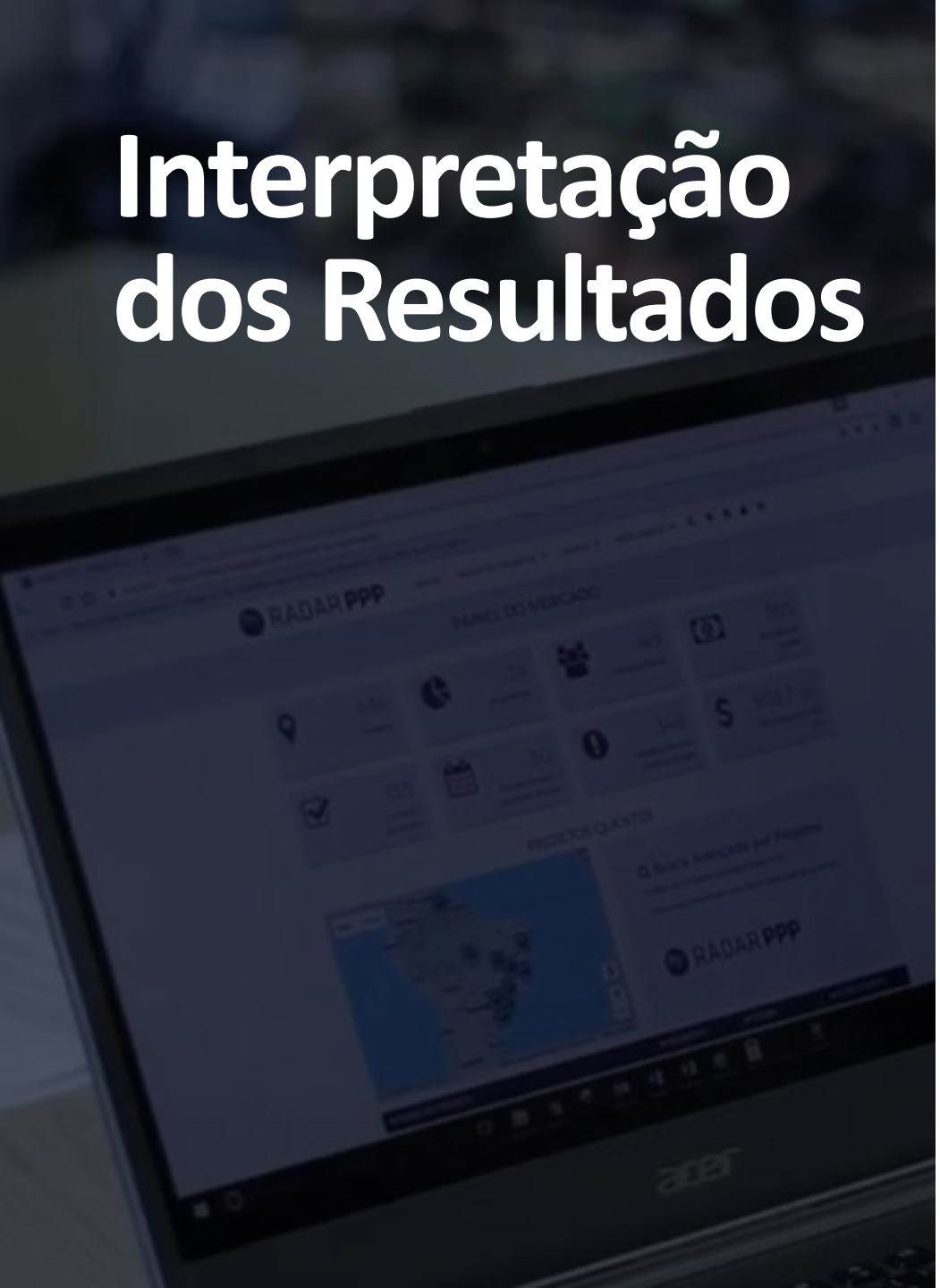
Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, em 05 de abril de 2021
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

Termômetro do Radar de Projetos

O **Termômetro do Radar de Projetos** foi concebido para funcionar de maneira similar aos termômetros utilizados para medir a temperatura do corpo humano. Nesse sentido, assim como temperaturas elevada no corpo humano indicam "doenças", no Termômetro do Radar de Projetos isso não é diferente.

O Termômetro não irá mensurar hipotermia, sendo focado apenas na indicação da situação febril. Dessa forma, temperaturas elevadas indicam excesso de adiamentos de sessões de abertura de envelopes de licitação, suspensões de licitações e cancelamentos de licitações ("**patógenos**") e, considerando que há ao mesmo tempo novos elementos positivos do mercado, tais fatos serão comparados como surgimento de novos projetos monitorados no Radar de Projetos ("**anticorpos**")[1].

[1] Sem dúvida que tais expressões são meramente ilustrativas. Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte https://www.radarppp.com/biblioteca/



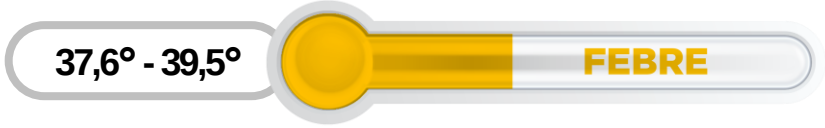
Interpretação dos Resultados

RADAR PPP

Os resultados mensurados pelo **TRP** serão sempre superiores a 37° e **quanto mais elevados, pior** – ou seja, é maior é a ocorrência de adiamentos, suspensões e cancelamentos de licitações de projetos vis a vis a publicação de novos projetos.

Os dados do mês em análise apresentam um comportamento muito próximos da média do comportamento do ano base (2019).

Os dados do mês apresentam um comportamento, em um primeiro nível mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).



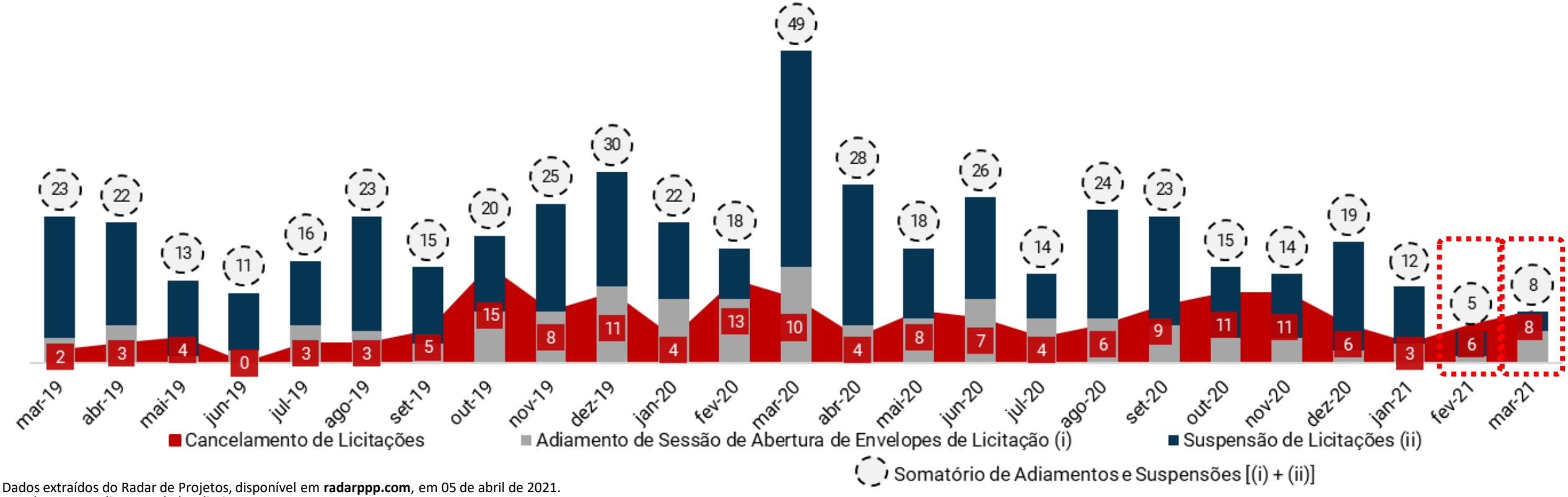
Os dados do mês apresentam um comportamento, em um segundo nível mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).

Patamar mais elevado. Os dados do mês apresentam um comportamento, bem mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).

Variáveis do TRP:
adiamento, suspensão e cancelamento de licitações

1 Os adiamentos e suspensões de licitações no neste mês (8) apresentaram alta com relação ao mês anterior (6), mas ainda bem abaixo da média mensal histórica, que é de 19.

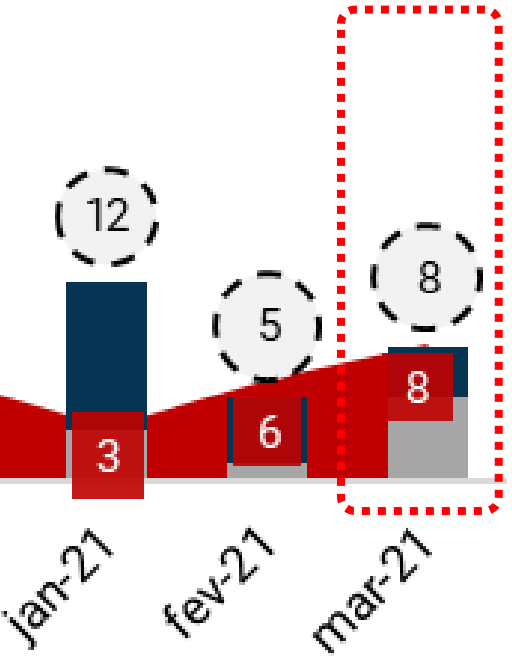
2 O número de cancelamentos de licitações (8) também subiu com relação ao mês anterior, aproximando-se da média observada em 2020 (93 cancelamentos no total, 8 cancelamentos/mês).



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em **radarppp.com**, em 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

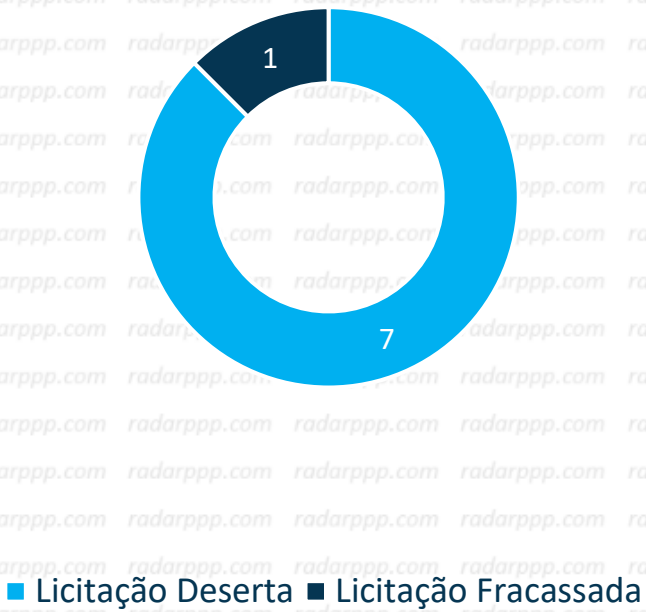
de olho no detalhe

RADAR PPP



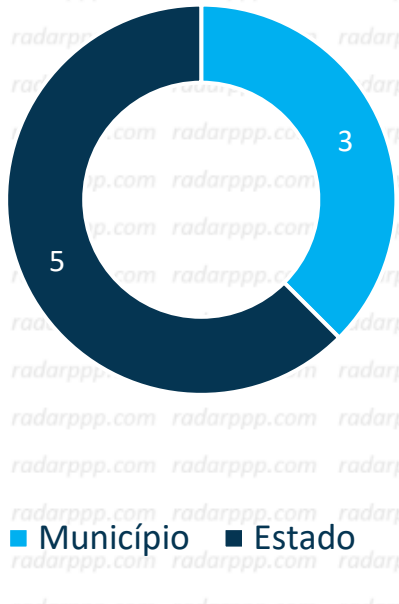
Perfil das **8 licitações canceladas** de março/2021, por motivo do cancelamento, segmento e ente federativo.

MOTIVO DO CANCELAMENTO



SEGMENTO DOS PROJETOS COM LICITAÇÃO CANCELADA

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL PELO PROJETO



Em caso de dúvidas quanto aos status dos projetos, consulte https://www.radarppp.com/informacao/radar-de-projetos/duvidas/

Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em **radarppp.com**, em 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

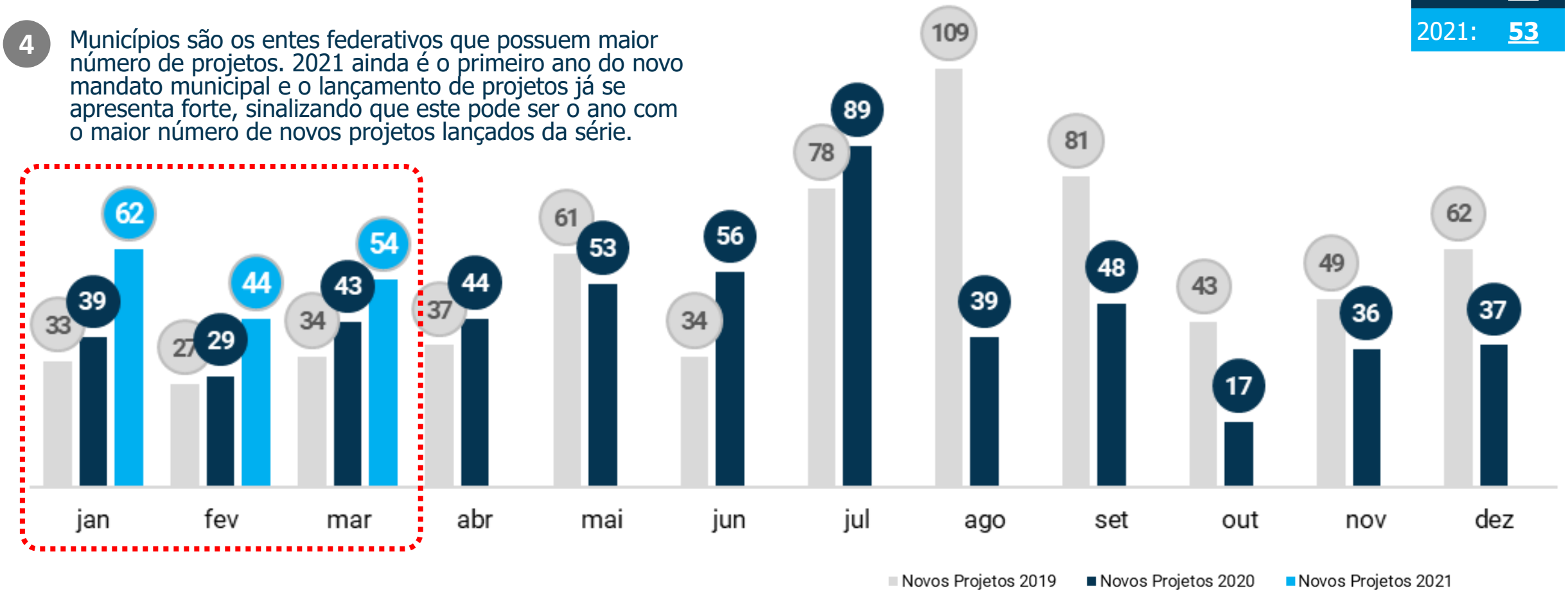
Variáveis do TRP:
projetos novos

3 Março manteve o alto ritmo de lançamentos de novos projetos e, assim como os outros meses de 2021, superou os quantitativos observados nos mesmos meses de 2019 e 2020. A média de novos projetos lançados já se aproxima da média observada em 2019.

4 Municípios são os entes federativos que possuem maior número de projetos. 2021 ainda é o primeiro ano do novo mandato municipal e o lançamento de projetos já se apresenta forte, sinalizando que este pode ser o ano com o maior número de novos projetos lançados da série.

Média mensal dos anos:

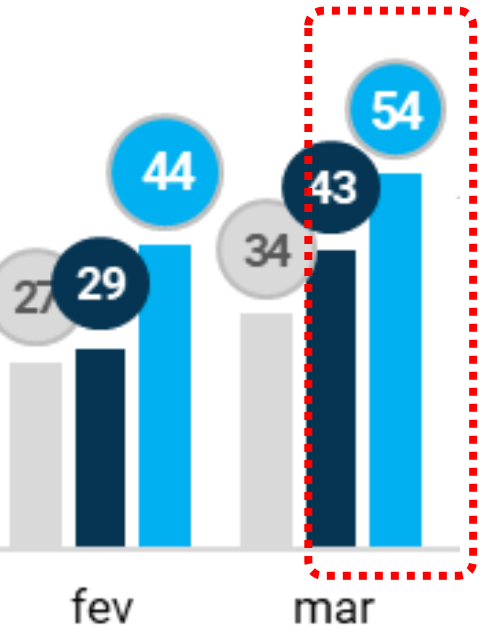
2019:	**54**
2020:	**44**
2021:	**53**



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em **radarppp.com**, em 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

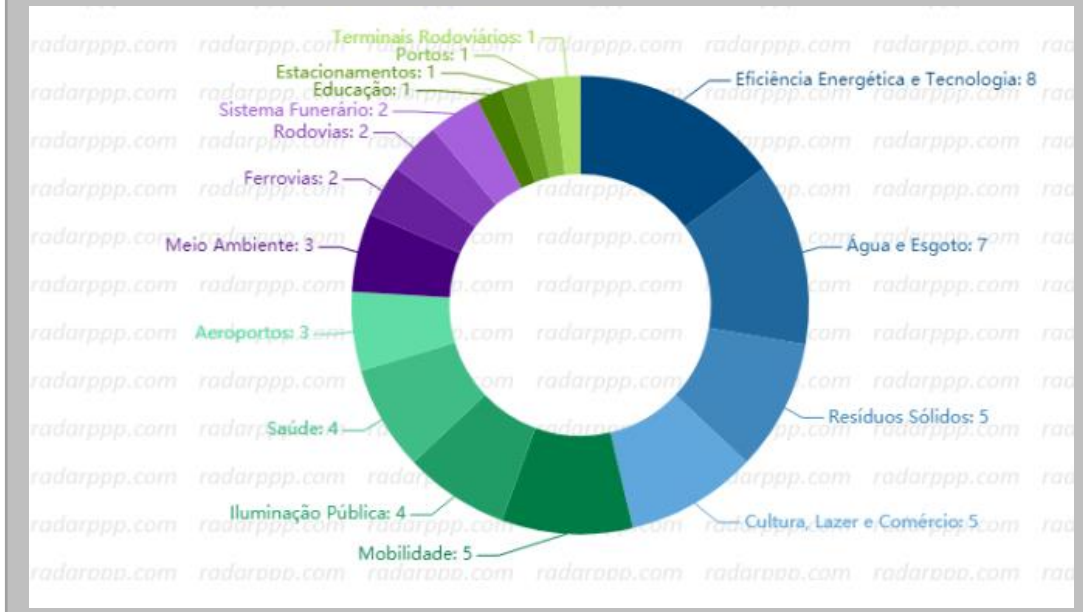
de olho no detalhe

RADAR PPP

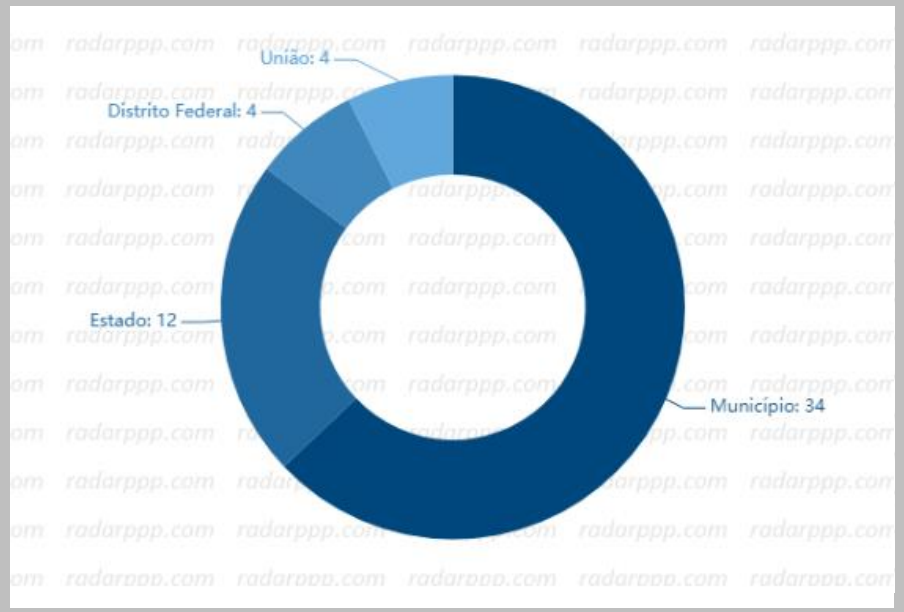


Os **54 novos projetos** de março/2021 distribuídos por ente federativo e segmento.

SEGMENTO DOS NOVOS PROJETOS



ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL PELO PROJETO



Em caso de dúvidas quanto aos status dos projetos, consulte
https://www.radarppp.com/informacao/radar-de-projetos/duvidas/

Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em **radarppp.com**, em 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

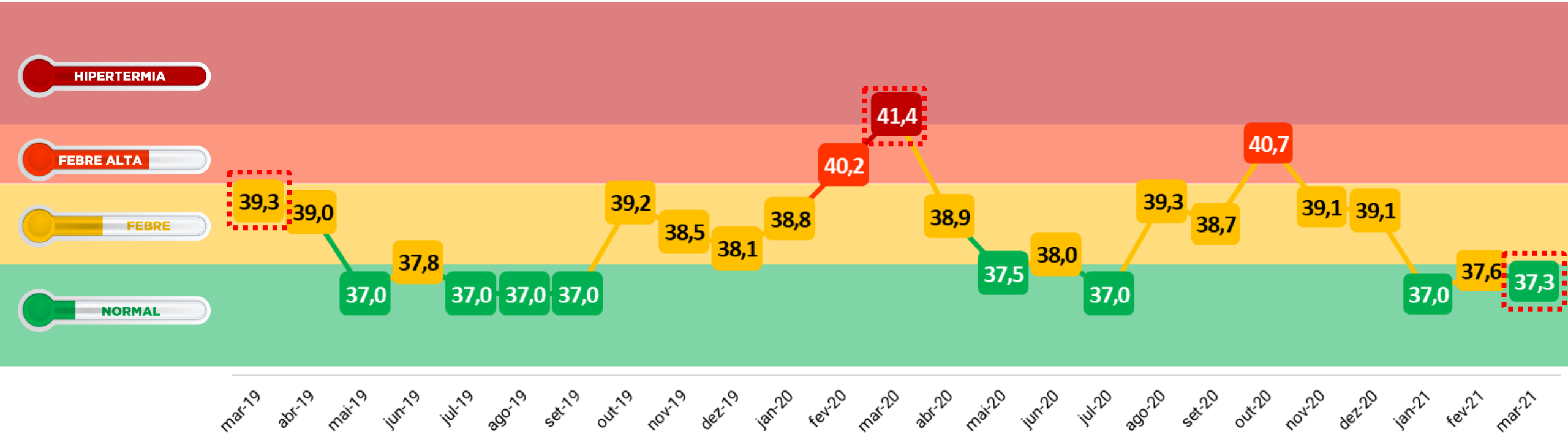
Evolução do Termômetro do Radar de Projetos

TPR 2019 – 2021

RADAR PPP

5 A temperatura do TRP praticamente se manteve estável, apresentando leve queda e retornando ao **estágio normal** – embora haja leve aumento nas suspensões, adiamentos e cancelamentos de licitações, o número de novos projetos foi expressivo.

6 **A temperatura segue abaixo das médias de 2020** e é a menor se comparada com o mesmo período de 2019 (39,3ºC) e de 2020 (41,4ºC, onde foi observada o pico com as piores temperaturas).



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em **radarppp.com**, em 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente..

Selo de Compromisso Municipal com concessões e PPPs

Nos últimos anos **municípios se firmaram como os entes federativos que mais lançam novos projetos de PPP e concessão.**

No intuito de destacar as gestões municipais, cujo Prefeito, Prefeita e seu respectivo secretariado estão inclinados em favor das concessões e PPPs, **em 2021, a Radar PPP concebeu o Selo de Compromisso Municipal, cujo objetivo é destacar as gestões municipais, fomentando maior transparência nos municípios que possuem intenções de desenvolvimento de projetos de interesse público em parceria com a iniciativa privada, atração da atenção da iniciativa privada e, consequentemente, de investimentos em serviços públicos.**

Ao longo dos primeiros 100 dias do mandato 2021-2024, os municípios se engajaram na análise da experiência brasileira com concessões e PPPs, a partir da indicação de, no mínimo, 10 gestores púbicos, líderes técnicos em suas respectivas áreas, que deveriam analisar e estudar projetos em uma carga horária mínima individual de 6 horas mensais, além da participação em 4 encontros virtuais com exposição de cases e discussões sobre o tema. Ao fim, prefeitas e prefeitos elencaram serviços públicos prioritários para o desenvolvimento de projetos nas modalidades de PPP ou concessão, formalizando tal priorização em sítios governamentais e junto à imprensa.

Caxias do Sul (RS) é o primeiro Município Prioritário com Selo de Compromisso com concessões e PPPs

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL

Município Prioritário para concessões e PPPs

Adiló Didomenico
Prefeito de Caxias do Sul (RS)
29 de março de 2021

"É muito importante que se registre a adesão por parte de Secretários e principalmente dos servidores [ao Selo]. Em que pese todas as dificuldades que nós estamos encontrando, com pandemia, orçamento em dificuldade, com todas as nuances que se apresentam, nós não estamos deixando de lado nosso plano de governo. A conquista desse Selo é uma demonstração para a sociedade, para o mundo dos investimentos, de que Caxias é uma cidade que está aberta e se preparando para formular as parcerias público-privadas. Nó queremos transformar aqueles ativos, aquelas 'joias' que nós temos, que hoje nos dão despesas e não promovem o verdadeiro desenvolvimento econômico que Caxias espera, nós pretendemos através das PPPs, transformar esses espaços em espaços de desenvolvimento econômico, de geração de emprego e renda, para nossa cidade e para o povo de Caxias do Sul."

Projetos prioritários no Programa de PPP

- **Iluminação Pública**
- **Prédio histórico da antiga Metalúrgica Abramo Eberle S/A (Maesa)**
- **Parque da Festa da Uva**

Assista à apresentação completa do Programa de PPP de Caxias do Sul (RS)

assistir vídeo

Canoas (RS) e Palhoça (SC) recebem Selo de Municípios Emergentes em concessões e PPPs

PREFEITURA DE PALHOÇA

Município Emergente para concessões e PPPs

Eduardo Freccia
Prefeito de Palhoça (SC)
31 de março de 2021

"São mecanismos que temos utilizado na gestão da Prefeitura de Palhoça para modernizar serviços e reduzir custos. Nós criamos em 2015, na gestão do Prefeito Camilo Martins, o programa Municipal de PPP, definido por lei. Em 2020, a Prefeitura de Palhoça celebrou o contrato da maior PPP de iluminação publica do Estado de Santa Catarina. Nesta PPP, já substituímos mais de 13 mil pontos de iluminação por lâmpadas com tecnologia LED, isso representa modernização de 50% de nosso parque e chegaremos a 100%".

Assista à priorização de projetos em Palhoça (SC)

assistir vídeo

Projetos prioritários para concessões e PPPs

- Serviços Funerários
- Publicidade nas Placas de Identificação de Ruas
- Transporte Coletivo Urbano

PREFEITURA DE CANOAS

Município Emergente para concessões e PPPs

Jairo Jorge
Prefeito de Canoas (RS)
30 de março de 2021

"Temos um núcleo de PPPs, que estuda as melhores formas de fazermos mais com menos. Canoas está aberta para mostrar aos investidores do Brasil e do mundo que tem potencial para ser uma cidade cada vez mais inteligente e inovadora".

Assista à priorização de projetos em Canoas (RS)

assistir vídeo

Projetos prioritários para concessões e PPPs

- Iluminação Pública
- Saúde
- Mobilidade Urbana

RADAR PPP

Saiba mais sobre a obtenção do Selo de Compromisso Municipal com concessões e PPPs em radarppp.com/selo

www.radarppp.com
info@radarppp.com

Seção Especial

RADAR PPP

Termômetro do Radar de Projetos (TRP)

Análise de Segmento

Saneamento

Água e Esgoto

OFERECIDO POR:

Azevedo Sette ADVOGADOS

abril
2021

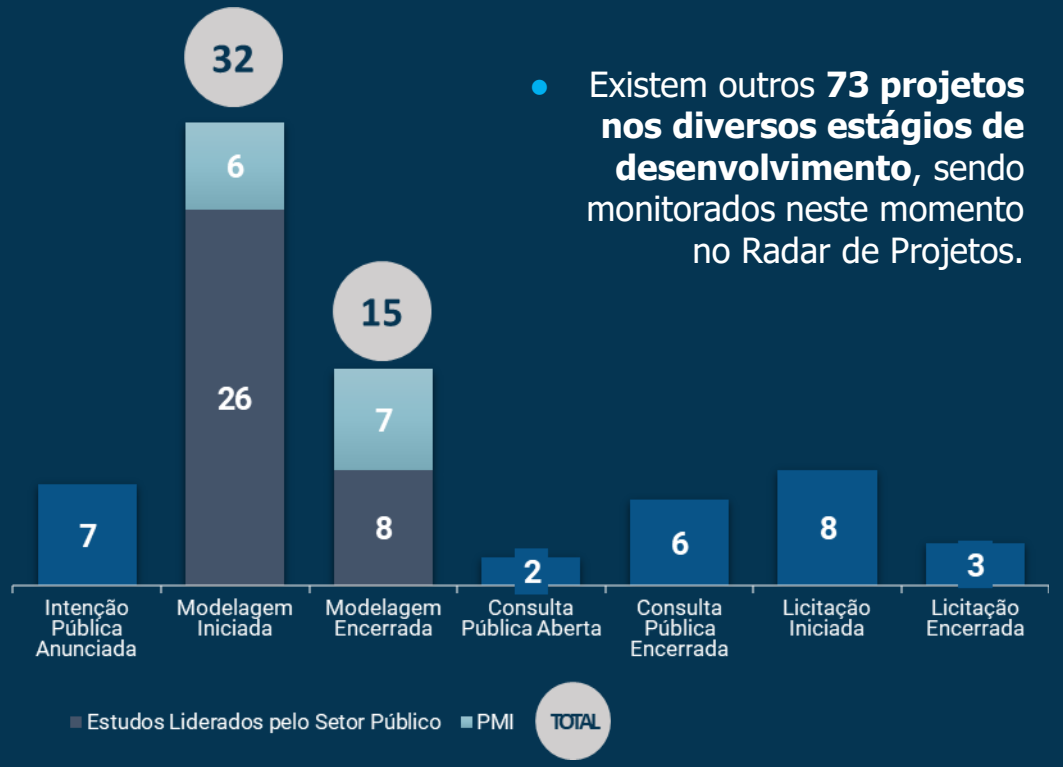
5 de abril de 2021

O Radar de Projetos

OFERECIDO POR: Azevedo Sette ADVOGADOS

DESENVOLVIDO POR: RADAR PPP

- **O segmento de Água e Esgoto é o segundo em concentração de projetos**, com 379 iniciativas identificadas.
- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP possui, atualmente, **informações sobre mais de 2.900 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.
- São **103 os contratos de PPP e Concessão do segmento de Água e Esgoto** monitorados em nosso banco de dados.



- Existem outros **73 projetos nos diversos estágios de desenvolvimento**, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.

- Além desses, **há 152 outros projetos**, não computados no gráfico acima, e muitos deles alcançaram a situação de paralisados nos últimos meses, de modo que **podem retornar para situação de projetos ativos em 2021.**

Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, em 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

OFERECIDO POR: Azevedo Sette ADVOGADOS

DESENVOLVIDO POR: RADAR PPP

Saneamento

Água e Esgoto

Nos últimos 30 dias...

7

novos projetos inseridos

foram detectados 7 novos projetos, sendo 4 em municípios de Minas Gerais.

2

consultas públicas abertas

2 projetos alcançaram a fase de Consulta Pública, cujos concedentes municipais são do Rio de Janeiro e Goiás.

65

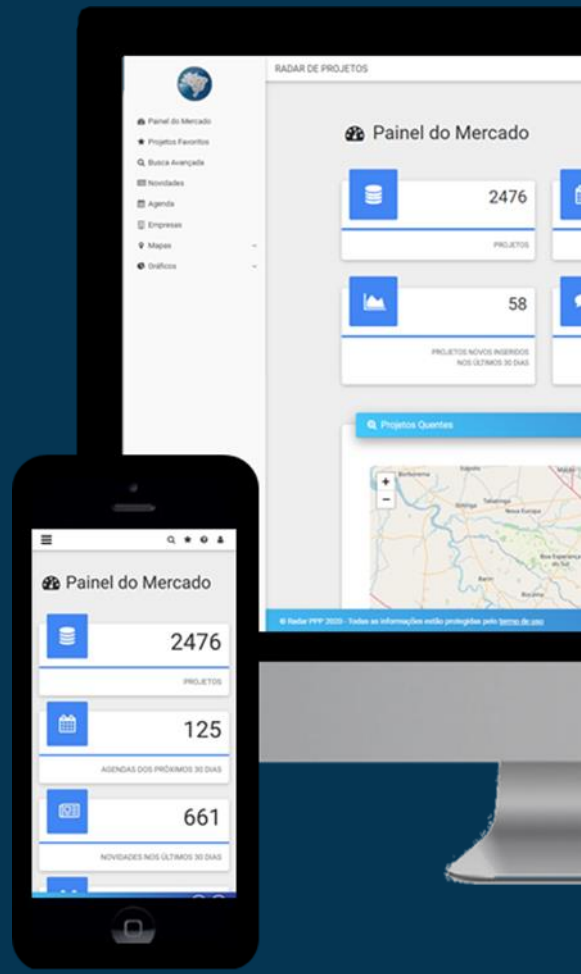
novidades capturadas

65 novidades capturadas por meio de publicações governamentais nos últimos 30 dias impactaram 47 projetos, atualizando seus históricos.

6

eventos mapeados

a agenda dos projetos revela 6 eventos associados a 5 projeto para os próximos 30 dias.



Novos Projetos

Reuso de Água, Lodo e Biogás – ETE COMPESA
Água e Esgoto

Modelagem – PMI Iniciado

Pernambuco

Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Água e Esgoto

Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados

Minas Gerais | Salinas

Saneamento Básico dos Municípios da Região de Entre Rios
Água e Esgoto

Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados

Piauí

Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, em 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

Veto ao art. 16 do Novo Marco do Saneamento: contratos e licitação

Azevedo Sette ADVOGADOS

A manutenção dos vetos presidenciais ao novo marco do saneamento colocou fim à polêmica relacionada ao artigo 16, que permitia a prorrogação dos contratos de programa vigentes, a oficialização de situações de prestação de serviço sem contrato ou com contratos vencidos, por 30 anos. Em sua versão final, a nova legislação exige que a prestação dos serviços de saneamento se dê mediante a celebração de contrato de concessão e prévia licitação.

Em prol da segurança jurídica, os contratos em vigor serão mantidos até o final de sua vigência, condicionados à comprovação de capacidade econômico-financeira da contratada de cumprimento das metas de universalização previstas em lei. O novo marco, contudo, não deixa clara a possibilidade de estes ajustes, validamente celebrados à luz do marco anterior, serem prorrogados de acordo com suas disposições contratuais, estabelecendo apenas que os contratos vigentes prorrogados em desconformidade com seus regramentos serão considerados irregulares e precários.

Apesar do novo marco estabelecer que está vedada a disciplina da prestação dos serviços por contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária, não há na Lei – e nem poderia – disposições que impeçam a plena observância destes contratos e nem tampouco que impeçam a prorrogação como forma de se assegurar o equilíbrio econômico-financeiro. Aliás, a possibilidade de prorrogação destes contratos para fins de reequilíbrio pode ser de extrema relevância para possibilitar a inclusão das metas e de universalização naqueles contratos que não as tenham.

**Contribuição de Leonardo Antonacci Barone Santos*

É importante destacar que o novo marco não estabelece regras para a regularização destas situações. A nosso ver, a não criação de regras de transição deixa margem para a perpetuação de situações incompatíveis com a nova sistemática, ainda mais quando a justificativa para o veto presidencial foi exatamente o excessivo prazo para a prorrogação e a limitação à livre concorrência.

Tal questão ganha relevância na medida em que a grande maioria dos municípios brasileiros parece não ter condições de sozinhos elaborarem editais que levem à realização de concessões comuns ou PPPs para regularizar estas situações precárias, ou, ainda, para que sejam sucedidos os contratos celebrados à luz da legislação anterior e que estejam em vias de se extinguir por decurso de prazo. E não se pode esquecer a necessidade de viabilidade econômica dos novos ajustes.

Neste contexto, a Agência Nacional de Águas deverá desempenhar papel importante nesta transição, não só por editar modelos de editais e contratos que poderão ser usados pelos municípios, mas pelo estabelecimento de normas de referência para a regulação dos serviços, contribuindo para a viabilidade técnica e econômico-financeira, a criação de ganhos de escala e de eficiência e a universalização dos serviços.

A União, Estados e Distrito Federal também terão papéis relevantes. Com destaque para o apoio técnico e financeiro a ser prestado pela União para a adaptação dos serviços públicos de saneamento básico às disposições do novo marco, conforme regulamentado pelo Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020, além de outras atribuições e competências que lhes são imputadas pela legislação vigente, inclusive para a criação de planos de saneamento, medidas necessárias à regionalização da prestação dos serviços, dentre outras.

Vemos assim que embora a edição do novo marco de saneamento tenha sido um passo importantíssimo para o setor, muito esforço político e institucional ainda será necessário para o sucesso das metas almejadas com a sua edição.

Bruna Bouissou, sócia da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados

"A não criação de regras de transição deixa margem para a perpetuação de situações incompatíveis com a sistemática do novo Marco do Saneamento."

Saneamento

Água e Esgoto

Evolução do Termômetro do Radar de Projetos

OFERECIDO POR: Azevedo Sette ADVOGADOS

DESENVOLVIDO POR: RADAR PPP

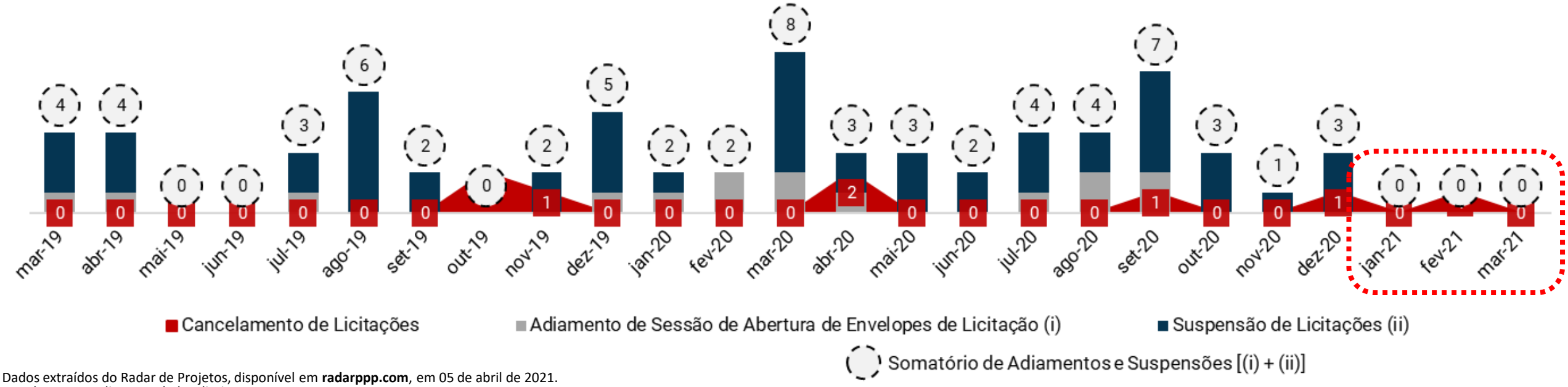
Saneamento

Água e Esgoto

Variáveis do TRP:
adiamento, suspensão e cancelamento de licitações

1. Não foram observados adiamentos, suspensões ou cancelamentos de licitações para o período, assim como nos meses anteriores (janeiro/21 e fevereiro/21).

2. Trata-se de resultado expressivamente melhor se comparado com o que foi observado em 2020, em que licitações foram adiadas ou suspensas em todos os meses do ano.



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em **radarppp.com**, em 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

OFERECIDO POR: Azevedo Sette ADVOGADOS

DESENVOLVIDO POR: RADAR PPP

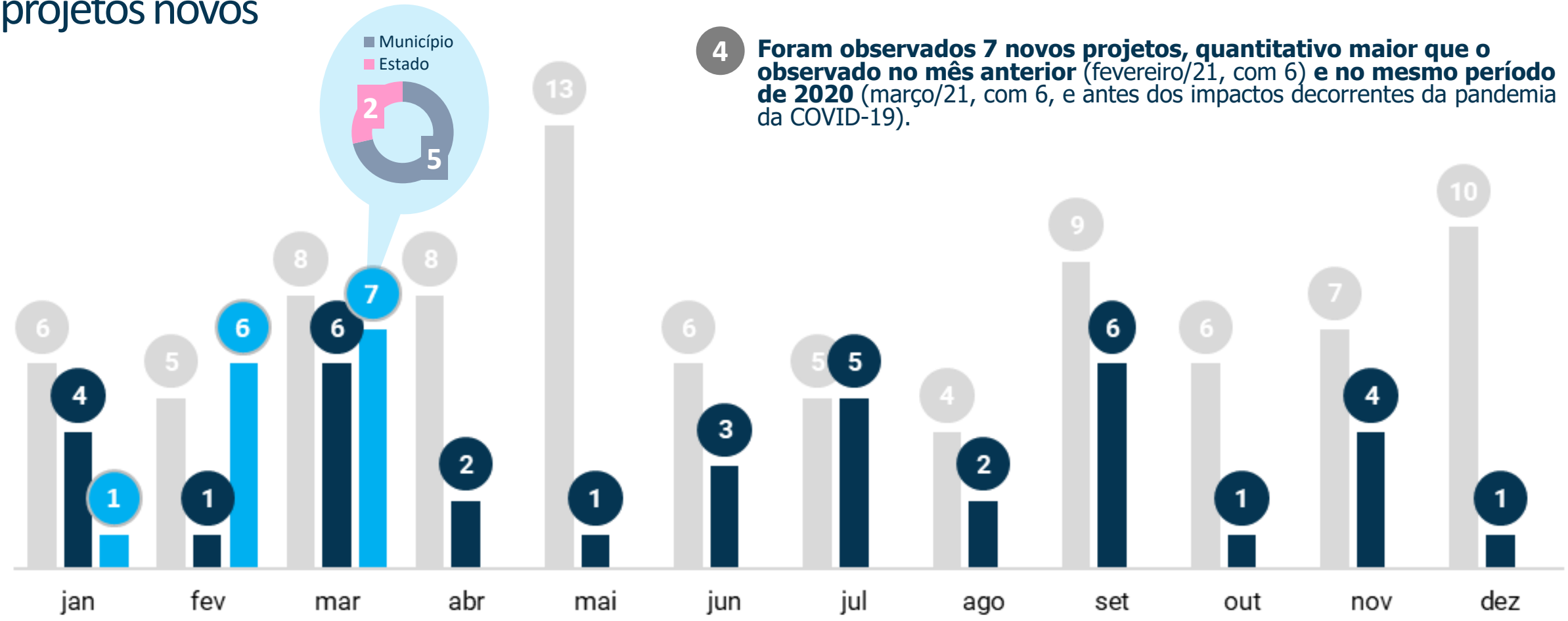
Saneamento

Água e Esgoto

Variáveis do TRP:
projetos novos

3 O segmento de Água e Esgoto apresenta até aqui razoável quantitativo de projetos novos lançados, principalmente considerando que os municípios são os entes que mais lançam projetos no segmento e ainda é o primeiro ano do novo ciclo de gestão governamental – neste mês, dos 7 novos projetos lançados, 5 são municipais e 2 estaduais.

4 **Foram observados 7 novos projetos, quantitativo maior que o observado no mês anterior** (fevereiro/21, com 6) **e no mesmo período de 2020** (março/21, com 6, e antes dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19).



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em **radarppp.com**, em 04 de janeiro de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

OFERECIDO POR: Azevedo Sette ADVOGADOS

DESENVOLVIDO POR: RADAR PPP

Saneamento

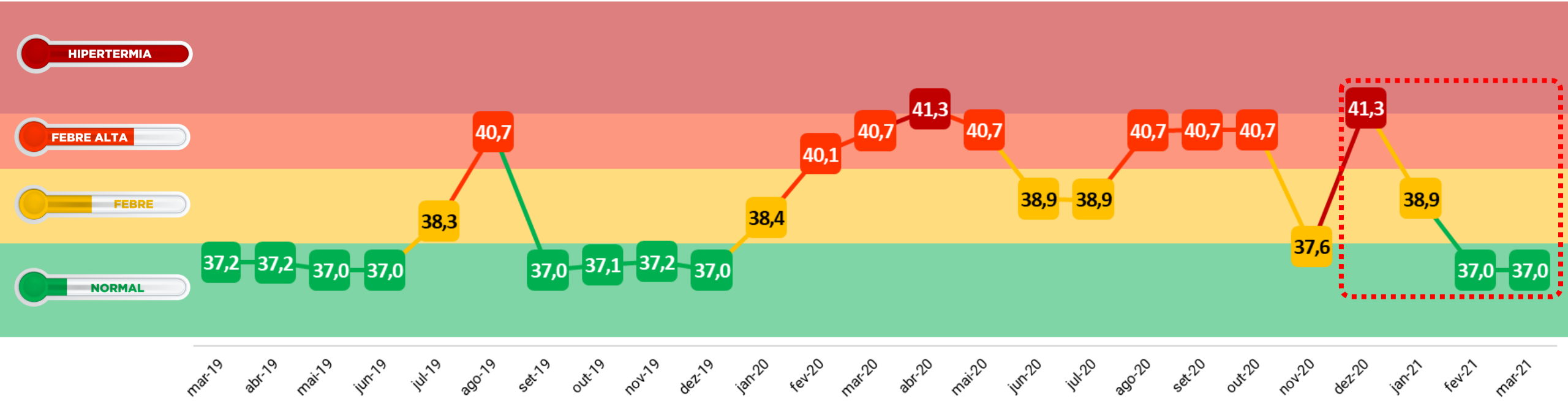
Água e Esgoto

Evolução do Termômetro do Radar de Projetos

TPR 2019 – **2021**

5 Após o pico de temperatura no setor, observado em dezembro/21 (41,3ºC), a temperatura apresentou um processo de queda e normalização até alcançar o **estágio normal** no mês anterior e manteve-se assim para este mês, com 37,0ºC.

6 O segmento foi extremamente impactado ao longo de 2020, como o gráfico abaixo informa, principalmente em decorrência da pandemia da COVID-19 e das eleições em nível municipal. **Espera-se que as temperaturas se mantenham saudáveis como consequência do alto número de projetos a serem lançados no segmento em 2021.**



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em **radarppp.com**, em 05 de abril de 2021.
A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

Veto ao art. 20 do Novo Marco do Saneamento: resíduos sólidos

Azevedo Sette ADVOGADOS

No último dia 17 de março, o Congresso Nacional apreciou e aprovou os vetos presidenciais à recém-promulgada Lei 14.026/2020, que institui o Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

Dentre os vetos realizados pelo Chefe do Poder Executivo, o veto ao art. 20 tem relevância ímpar, uma vez que estabelecia que algumas previsões do Novo Marco Legal seriam aplicáveis apenas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quais sejam: (i) a vedação à formalização de novos contratos de programa para prestação dos serviços de saneamento público; (ii) regras sobre a titularidade dos serviços de saneamento, que incentivam a prestação regionalizada desses serviços e; (iii) a imposição de cláusulas essenciais aos contratos de concessão dos serviços, com metas de universalização e metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção de contratação, entre outros.

O veto tinha como intuito evitar a quebra de isonomia entre as diversas atividades de saneamento básico, sobretudo para os serviços de resíduos sólidos e limpeza urbana, além de atrair investimentos para a universalização dos serviços, com a promoção de ganhos de qualidade, efetividade e eficiência no atendimento à população. No entanto, outros prismas devem ser analisados para justificar a manutenção do referido veto.

Primeiramente, diferente do que acontece nos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, os serviços de resíduos sólidos têm forte participação de agentes privados na sua execução, seja por meio de contratos administrativos celebrados sob a égide da Lei 8.666/1993 ou pela contratação de PPPs.

Ao restringir a aplicabilidade de alguns aspectos do Novo Marco aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, haveria retrocessos na prestação de serviços de resíduos sólidos, além da perpetuação da situação atual, onde a destinação final dos resíduos ainda é em sua maioria em "lixões" a céu aberto.

Com a manutenção do veto pelo Congresso, impõe-se a obrigação da celebração, pelos titulares do serviço, de contrato de concessão dos serviços de resíduos sólidos, quando prestados indiretamente. Essa obrigação se coaduna com outros dispositivos do Novo Marco, não alcançados pelo vetado art. 20, como a possibilidade de cobranças de tarifas diretamente do usuário para a prestação desse serviço (art. 29, II da Lei 11.445/2007, redação do Novo Marco).

Igualmente, a manutenção do veto impede que se crie um óbice legal à prestação regionalizada dos serviços de resíduos sólidos, o que poderia afetar a viabilidade econômica de vários projetos estruturantes na área, diante da evidente necessidade de existir determinada escala para a viabilização da prestação de serviços desta natureza, sobretudo em municípios de menor porte.

Diante do exposto, a manutenção pelo Congresso Nacional do veto presidencial ao art. 20 do Novo Marco Legal do Saneamento revela-se de suma importância. Elimina a insegurança jurídica verificada no referido dispositivo, destravando a participação do setor privado no setor de resíduos sólidos e limpeza pública por meio de concessões, o que permitirá arranjos institucionais e jurídicos para universalização do serviço e eliminação dos lixões, o que trará impactos econômicos e ambientais favoráveis. Pode-se afirmar que a manutenção do veto garantiu a essência da evolução necessária à legislação aplicável ao setor de resíduos sólidos. Houve progresso nesse sentido, finalmente!

*Contribuição de Ernesto Medeiros Teixeira de Araújo

Leonardo Moreira C. de Souza, sócio da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados

"Com a manutenção do veto pelo Congresso, impõe-se a obrigação da celebração, pelos titulares do serviço, de contrato de concessão dos serviços de resíduos sólidos, quando prestados indiretamente."

O presente documento é um oferecimento de Azevedo Sette Advogados e da Radar PPP

Informação e análise de qualidade são elementos fundamentais para que o mercado de PPPs e concessões possa se desenvolver.

Entre em contato!

Infraestrutura e Projetos

Azevedo Sette Advogados é um dos principais escritórios no setor de infraestrutura e Direito Público. Temos tradição de mais de 40 anos em licitações, privatizações, direito regulatório, concessões, PPP (Parcerias Público-Privadas), contratos de engenharia e contratos administrativos. Também temos participação ativa nas fusões e aquisições de infraestrutura, bem como no financiamento de projetos (*project finance*) no Brasil e no exterior. Particularmente em relação às PPPs, nossa atuação inclui, ainda, a representação dos nossos clientes em demandas de contencioso administrativo e judicial, particularmente em casos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Experiência em M&A, Contratos, Direito Regulatório Contencioso e Arbitragem, PPPs, PMI, MIP, BTO, Concessões, Project Finance, Investimentos, entre outros.

Azevedo Sette ADVOGADOS

Visite nosso site: azevedosette.com.br

O Radar de Projetos é o mais completo banco de dados sobre a experiência brasileira com concessões e PPPs. Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O Termômetro do Radar de Projetos é um oferecimento da Radar PPP para os milhares de profissionais que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade das concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo o emprego de recursos públicos e tarifários.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre estará aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

RADAR PPP

Visite nosso site: radarppp.com

Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte https://www.radarppp.com/biblioteca/.